

**PROJETO PROMOCIONAL ALUSIVO AOS 33 ANOS DA LEI 8.069/90 ESTATUTO DA  
CRIANÇA E O ADOLESCENTE**

**IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA INFÂNCIA E  
ADOLESCÊNCIA: SIPIA CONSELHO TUTELAR WEB**

**RESUMO DO PROJETO:** Este Documento de Projeto tem como objetivo global desenvolver, transferir e disseminar capacidades técnicas, conceituais e operativas, por meio da gestão e compartilhamento de redes junto aos e municípios do RS, para qualificar os processos de implantação e implementação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA e projetar sua incidência na gestão da política de direitos da criança e do adolescente por meio de interface com o Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os processos e produtos gerados vão propiciar: (1) o gerenciamento de dados e informações sobre violações/situações dos direitos da criança e do adolescente (assegurando o enquadramento e análise objetivas de situações de violação, acompanhando os encaminhamentos adequados com vistas a garantia de direitos), (2) o monitoramento e avaliação das ações públicas de garantia de direitos nas bases municipal, estadual e federal (dispondo de estatísticas que permitem visualizar o panorama do município e do estado em relação aos direitos de crianças e adolescentes, contribuindo para acompanhamento por parte dos organismos internacionais, (3) a mobilização em rede e o controle social em favor da garantia de direitos (como estímulo à adoção de medidas protetivas e análise da situação local) e, (4) a produção de relatórios de cenário e conjuntura sobre garantia de direitos da criança e do adolescente no Brasil, com vistas à subsidiar a gestão da política em âmbito nacional e elaborar relatórios dos compromissos internacionais do Estado Brasileiro acerca do tema.

**A. ANÁLISE DA SITUAÇÃO**

**1. Descrição do Setor**

O Brasil nos últimos anos tem avançado significativamente na formulação e execução de políticas públicas ao mesmo tempo em que consolida marcos normativos e regulatórios relevantes para a área da infância e a adolescência. Promulgou a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por meio da lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Esses diplomas legais representaram importantes conquistas no que se refere à garantia dos direitos da criança e do adolescente, os quais se somam à Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas, da qual o Brasil é signatário e que recém completou 20 anos. Neste quadro de avanços recentes, tão mais estratégico é o sistemático monitoramento e avaliação das políticas públicas para a área, bem como a instrumentalização dos profissionais do Sistema de Garantia de Direitos - SGD<sup>1</sup> que atuam na perspectiva da promoção, proteção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A responsabilização do Estado e a apropriação das demandas da sociedade civil, em estrita articulação e sintonia, conformam e concretizam o que vimos denominando de Sistema de

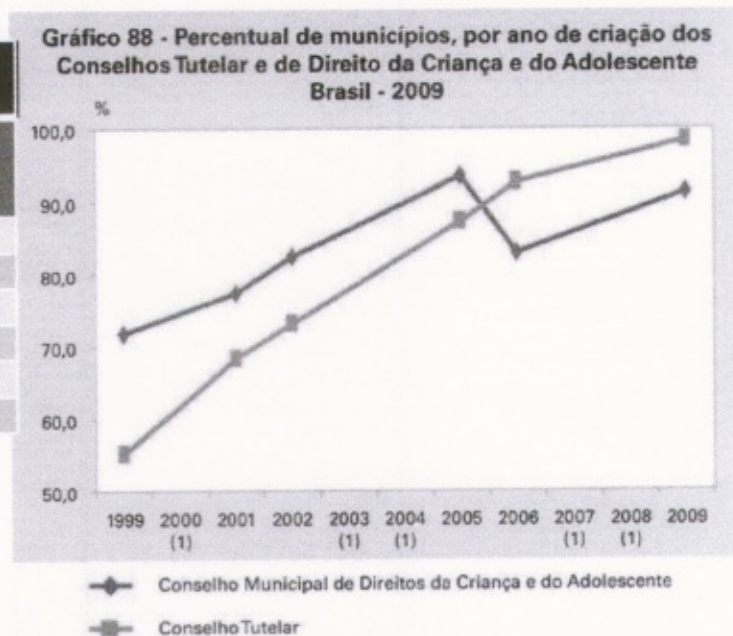


Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Entre os desafios que asseguram o pleno funcionamento deste arranjo de forças políticas e técnicas, públicas e privadas, está a

consolidação de sistemas de informações que auxiliem na construção de políticas públicas focalizadas e sensíveis à realidades distintas e que possam contribuir para articular os esforços dos operadores do SGD na coordenação da política pública para a infância e adolescência, em particular no que se refere ao enfrentamento intransigente de situações de violação.

No Brasil, avançamos significativamente na constituição e consolidação de unidades básicas dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares, as quais tiveram ampliação da cobertura de 1999-2009 de 55% para 98% de municípios com CT's e, de 72% para 91% de Conselhos DCA, conforme detalham quadros abaixo.

CT's e CMDCA's no Brasil		
Ano	CT	CMDCA
1999	55%	71.9%
2001	67.5%	76%
2002	72%	81%
2005	86%	91%
2006	91%	83%
2009	98,3%	91,4%



No que diz respeito à atuação dos conselhos de direitos e tutelares temos algumas particularidades. No âmbito dos municípios, a criação do Conselho de Direitos é feita a partir da proposta de lei enviada à Câmara de Vereadores pelo Executivo Municipal. Esta proposta deve prever também a regulamentação, no município, da criação e funcionamento e escolha dos membros do Conselho Tutelar. Se o Poder Executivo deixar de tomar essa iniciativa, a sociedade pode representar ao Ministério Público para adoção das medidas administrativas ou judiciais cabíveis. Conforme dispõe o art. 132 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é obrigação de

todos os municípios, mediante lei e independente do número de habitantes, criar, instalar e ter em funcionamento, no mínimo, um Conselho Tutelar enquanto órgão da administração municipal.

O **Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA** é, portanto, este sistema nacional de registro e tratamento de informação sobre a promoção e defesa dos direitos fundamentais e proteção especial preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente que subsidia a adoção de decisões governamentais sobre políticas para crianças e adolescentes, garantindo-lhes acesso à cidadania e, certamente, agrega valor e facilita o processo de gestão da informação junto aos conselhos e conselheiros tutelares, bem como junto aos gestores e às unidades de atendimento socioeducativo no país. O SIPIA, dessa forma, se coloca entre os mecanismos institucionais que permitirão uma melhor e maior interlocução entre os diferentes entes federados, os fóruns e redes voltadas para a promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

O SIPIA foi criado em 1996, com regulamentação do CONANDA, no contexto da Política de Direitos Humanos. Ao término de 2008, por definição da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, o sistema passou por um processo de reestruturação (reconfiguração do sistema, desenvolvimento de novos aplicativos, consolidação em base única nacional, entre outros aspectos), assessorada por uma Comissão Interinstitucional Nacional composta<sup>2</sup> por especialistas reconhecidos nas áreas de sistemas de informação e infância e adolescência.

O SIPIA possui atualmente duas interfaces: versão Conselho Tutelar (CT) e versão Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo (SINASE).

Na versão Conselho Tutelar, o sistema possui as categorias de "Direito Violado", "Agentes Violadores" e "Medidas Aplicáveis", que foram criadas tendo como base de referência os Direitos Fundamentais expressos no ECA, a saber: Vida e Saúde, Convivência Familiar e Comunitária, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Profissionalização e Proteção no Trabalho e Liberdade, Respeito e Dignidade. Tal Núcleo Básico permite aos gestores a análise crítica das informações à luz, inclusive, de objetivos e metas nacionais e internacionais estabelecidas, entre os quais os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Na versão SINASE o sistema permite o registro dos casos envolvendo adolescentes em conflito com a lei e o acompanhamento qualificado dos processos de apuração e de execução de medidas socioeducativas. A ferramenta contém funcionalidades criadas para possibilitar o atendimento em nível nacional e, não mais, circunscritos às necessidades de um Estado



específico, aspecto que contribuí decisivamente no aprofundamento da discussão em torno da política de atendimento socioeducativo, seu modelo de gestão e a execução de medidas.

Na mesma perspectiva, em 2009 a Secretaria de Direitos Humanos através da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente criou o **Observatório Nacional**

---

**dos Direitos da Criança e do Adolescente**, estruturado como área técnica permanente dentro da pasta e incumbido de articular redes, dar manutenção às relações de processos compartilhados, bem como de monitorar contextos estruturais de interesse da política nacional dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, produzindo informações e elaborando relatórios.

Subsiste, portanto, a importância do SIPIA, na versão CT e SINASE, como fonte de dados para o diagnóstico da realidade local e, ao mesmo tempo, **como elemento essencial à gestão do Sistema de Garantia de Direitos**, na medida em que um banco de dados com abrangência nacional, registrando as violações contra crianças e adolescentes e conferindo uma maior agilidade no acompanhamento dos casos envolvendo adolescentes em conflito com a lei (com conceitos consolidados, linguagem homogênea e encaminhamentos padronizados), é uma ferramenta técnica e gerencial essencial ao funcionamento eficiente dos Conselhos, das unidades do SINASE e do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente como um todo. Com efeito, convém ressaltar que, conforme pesquisa nacional, no que se refere à composição de diagnósticos locais, elemento organizativo para uma ação coordenada e consequente dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente - em sua função precípua de formulação de políticas públicas, as informações necessárias, em grande medida, são oriundas dos Conselhos Tutelares. De forma que, certamente, um instrumento com este escopo, mediado e dinamizado por redes de referência, presidirá de forma mais efetiva a participação dos Conselhos de Direitos na qualificação da política para infância e adolescência e na incidência nas Leis Orçamentárias.

### **1.1. Avanços realizados**

A Secretaria de Direitos Humanos/SDH, por meio da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente construiu a Versão Web Nacional dos Sistemas de Informação para a Infância e Adolescência – Conselho Tutelar e SINASE, para que os estados alimentem uma base de dados única. Ao mesmo tempo, já desenvolveu software Sipia-CT Cliente/Servidor (off-line) para, em caráter emergencial, ser utilizado quando inexistir acesso à internet (garantida a absoluta sincronização de dados e informações, não sendo possível

nenhuma duplicidade dos mesmos). Produziu manuais técnicos e do usuário para o SIPIA e iniciou processos de formação e qualificação dos conselheiros tutelares das capitais, administradores nacionais e estaduais, e lançou mão de estratégias iniciais de monitoramento da utilização do sistema pelos Administradores Nacionais e Estaduais.

Destaca-se, ainda, a realização do I Encontro Nacional do SIPIA CT Web e da Reunião Técnica Nacional com Administradores Estaduais do SIPIA CT Web, que tiveram como objetivos apresentar e conceituar o papel dos Agentes Mobilizadores e Administradores Estaduais – ADE's no processo de implantação do Sistema, além de discutir estratégias de pactuação com vistas à implantação e implementação do mesmo.

Na mesma direção, com vistas à viabilizar o pleno funcionamento do SIPIA-SINASE, foi assinado Pacto Mínimo com o Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – FONACRIAD. Tal pacto demarca um conjunto de ações voltadas à qualificação do atendimento socioeducativo entre inúmeras outras agendas técnicas e políticas que possam contribuir para assegurar um ambiente favorável à implantação e implementação do Sistema.

Convém registrar, ainda, o processo permanente e qualificado de articulação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o próprio Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Fórum Nacional DCA, o Fórum Nacional da Justiça Juvenil (Fonajuv), o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas), a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude (ABMP), do Fórum Colegiado Nacional dos Conselhos Tutelares (FCNCT) e de Associações Estaduais de Conselhos Tutelares, além da sociedade civil em geral.

São todos insumos e arranjos constituídos em nível federal, para ordenar e potencializar os resultados do presente projeto de cooperação, articulados sob as Coordenações Gerais do Sistema de Garantia de Direitos.

Na mesma perspectiva, existe complementariedade entre o SIPIA e o Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, na medida em que ao SIPIA cabe, além de propiciar melhores condições de trabalho aos conselheiros e operadores do sistema socioeducativo, a tarefa de mobilização e armazenamento de dados junto aos usuários de ponta e ao Observatório Nacional cabe a tomada de tais dados, sua sistematização, tratamento e conversão em informações conjunturais de relevância aos esforços do Estado Brasileiro no âmbito da garantia de direitos da criança e do adolescente. Invariavelmente a produção e a ampla disseminação das



informações relativas ao quadro da infância e adolescência brasileira, necessárias na construção do conhecimento e na formação dos profissionais do Sistema de Garantia de Direitos, também encontrará no site do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente mecanismo de circulação da mais alta importância, a ser também privilegiado.

De forma a apoiar o processo de implantação do SIPIA, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, por meio da Resolução Nº 178, de 15 de setembro de 2016, publicada no DOU Nº 188 de 29/9/2016, estabeleceu parâmetros e recomendações para implantação, implementação e monitoramento do Sistema de Informação para Infância e Adolescência ao estabelecer aos Conselhos Estaduais e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente a incumbência de constituir o Comitê Gestor Estadual e Distrital, responsável pela implantação, implementação e do monitoramento do SIPIA Conselho Tutelar, acompanhando e avaliando seu funcionamento, resumida no quadro a seguir:

**É imprescindível que haja aportes de uma cooperação técnica que possa, mediante a oferta de insumos como consultorias altamente especializadas e desenvolvimento de metodologias inovadoras ao nível local, potencializar as articulações com as redes locais de estados e municípios para viabilizar a transferência e disseminação de capacidades técnicas, conceituais e operativas para a implantação do SIPIA CT Web e SIPIA SINASE Web. Nesse sentido, tendo o CONANDA missão na condução do desafio de institucionalização dos preceitos legais de prioridade absoluta conferida à criança e ao adolescente e, ainda, enquanto órgão deliberativo e controlador das políticas de promoção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, cria a Resolução 178 que estabelece parâmetros e recomendações para implantação, implementação e monitoramento do Sistema de Informação para Infância e Adolescência.**

## **2. Detalhamento do Projeto de Treinamento no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA CT**

No sentido de contribuir para efetivação da implantação e utilização do SIPIA Web CT, como ferramenta de registro e tratamento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, propomos esta assessoria para:

### **Conteúdo a ser trabalhado no Treinamento dos Conselheiros Tutelares no SIPIA Web CT**

- Solicitação de Senhas

- Cadastramento da Rede do Sistema de Garantia de Direitos - SGD
- Como Cadastrar uma Informação
- Como Cadastrar uma Denúncia
- Como Cadastrar um Atendimento
- Cadastro de Criança e Adolescente
- Cadastro de Pais ou Responsável
- Cadastro de Violação de Direitos
- Cadastro de Agente Violador
- Aplicação de Medidas de Proteção
- Estudo de Casos pelo Colegiado
- Acompanhamento de Medidas de Proteção
- Relatório de dados consolidados de Direitos Violados e Agentes Violadores.
- Tira Dúvidas das Atribuições dos Conselheiros Tutelares
- Relações Institucional do Conselho Tutelar. Rede de Atendimento Cras , Saúde, Segurança, Educação Legislativo executivo Ministério público e público e judiciário ,usando a Comunicação não violenta C.N.V muito usada na Mediação de conflitos ,preparar fluxo de atendimento, buscando trabalhar sempre com a prevenção, estreitar a relação com estes importantes operadores do sistema de garantia de direitos , crianças e adolescentes é responsabilidade de todos nós!!

O Treinamento será em dois dias compreendendo 20h de maneira presencial.

## **B. Custo e Estrutura do Projeto**

### **2.1 Custo Promocional para o Mês de março 2024**

Para facilitar e diminuir os custos operacionais para os Treinamentos e Implantação será feito em loco no municípios, desta formula o Município custeia o treinamento de seus

Conselheiros Tutelares no Valor **R\$ 5,150,00**

**Observação: Alimentação e hospedagem dos Conselheiro não estão incluídos no valor.**

### **2.2 Estrutura necessária para desenvolver o Treinamento:**

O Município que aceitar ser o Proponente do local para o Treinamento oferecerá:

- Um Telão com Internet para notebook
- Computador ou notebook, tablet para cada conselheiro (os conselheiros podem levar seus notebook)
- Cofe Black
- Sala com internet e wifi

## **3.0 EXECUÇÃO DO PROJETO:**



A Capacitação será ministrada por especialistas na área da Infância e Adolescência e no Sistema de Informação para a Infância e adolescência – SIPIA.



**VANDERCI JOSÉ BORGES MACIEL**

Ex Conselheiro Tutelar de Gravataí RS e Consultor e Multiplicador do Sistema de Informação para Infância e Adolescência SIPIA



**JULIO CEZAR FONTOURA**

Ex Conselheiro Tutelar de Porto Alegre  
Consultor de Direitos Humanos de Criança e Adolescente  
Representante do FCNCT e da CONTURS  
Articulador do SIPIA no RS



A J Assessoria e Eventos – CNPJ 40.062.932/0001-83  
Av. Tucunduva 3363, centro - Tuparendi – RS - Cep 98940-000

## **Proposta Para Formação de Conselheiros Tutelares**

O Sipia é um sistema nacional de registro e tratamento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Sipia tem uma saída de dados agregados em nível municipal, estadual e nacional e se constitui em uma base única nacional para formulação de políticas públicas no setor. A base do Sipia-CT é o Conselho Tutelar, para o qual se dirigem de imediato as demandas sobre violação ou não atendimento aos direitos assegurados da criança e do adolescente. A confirmação da referida formação se dará com a efetivação do empenho ou depósito do valor da mesma pelo órgão responsável pelo pagamento.

Desde já agradeço a atenção, e me coloco a disposição para que possamos juntos multiplicar conhecimento, e desta forma construir caminhos e ter resultados positivos e efetivos em face de nossas crianças e adolescentes.



Ângela Regina Johanson



A J Assessoria e Eventos – CNPJ 40.062.932/0001-83  
Av. Tucunduva 3363, centro - Tuparendi – RS - Cep 98940-000

### Plano de Trabalho

<b>Objetivo</b>	A formação tem por finalidade efetivar o treinamento dos Conselheiros e efetivar o SIPIA no Conselho Tutelar.
<b>Data</b>	A combinar
<b>Material Necessário</b>	Data show com notebook, cada conselheiro ter um computador ou notebook, e internet, devido o sistema ser web.
<b>Cronograma</b>  <b>Duração do curso</b> 20 horas <b>Aulas</b> presenciais  <b>Suporte para elucidar Dúvidas por 6 meses na modalidade online/Fone/ ou reunião vídeo</b>	<b>Primeiro Dia</b>  <b>Manhã:</b> Apresentação do SIPIA CT para a Rede de Proteção e Atribuições como ferramenta de trabalho. <b>Tarde:</b> Somente com os Conselheiros Tutelares Cadastro de senhas e acesso ao sistema. Cadastro SGD e introdução sobre as janelas Denúncia, Informação e Atendimento, Criança/adolescente e Responsável  <b>Segundo Dia:</b>  <b>Manhã:</b> Treinamento no sistema no modulo Treinamento <b>Tarde:</b> Gerar relatórios e deixar o sistema pronto a ser usado no Ambiente Produção.  Os técnicos ficarão dando um suporte online sempre que necessário.  Será enviado o Certificado para os Conselheiros.

<b>Valor</b>	<b>R\$ 5.150,00 (cinco mil e clplllllllpplllllppllllllentos e cinquenta reais) Livre de impostos</b>
<b>Dados da Empresa</b>	<b>A.J Assessoria e Eventos 9</b> <b>CNPJ 40.062.932/0001-83 Empresário Individual</b> <b>Av. Tucumduva nº 3363, Centro Tuparendi/RS</b> <b>CEP 99940.000</b> <b>Email: <u>johanson.ange@gmail.com</u></b>
<b>Forma de Pagamento</b>	<b>Deposito em Conta Bancária após a formação.</b> <b>Banco 133 Cresol - Agencia 5538-7 - C/C 22.250-0</b>
	<b>Chave PIX CNPJ 40062932000183 contatos Julio Fontoura 51 984054032</b>